

REPERTÓRIOS DE LUTA DE MULHERES LATINO-AMERICANAS DURANTE A PANDEMIA

Latin American women's struggle repertoires during the pandemic

Lara Sartorio Gonçalves¹

Mariane Silva Reghim²

Vitória Gonzalez³

Resumo

O protagonismo das mulheres e dos múltiplos feminismos latino-americanos ao longo da pandemia caracterizam a luta popular do período. Observamos um processo inventivo e multiplicador de repertórios mobilizados com acentuado giro decolonial. O propósito deste trabalho consistiu em tratar da trajetória dos movimentos feministas na América Latina, apontando a emergência de diferentes repertórios em processos de continuidade, ruptura e atualização. A partir desse desenvolvimento socio-histórico, teórico e da análise de dados contidos nos monitoramentos de movimentos sociais em diferentes países da região, que realizamos no bojo das iniciativas do Observatório de Movimentos Sociais na América Latina (OMSAL), chegamos a conclusões interessantes: (a) os repertórios de ação dos movimentos feministas escancararam elementos cruciais para compreender o período da pandemia no continente e seus impactos na vida social e política; (b) a vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras, sofreu impacto diferenciado da pandemia em diferentes temáticas; (c) o cenário global de crescente autoritarismo, militarização, ascensão de extrema direita e de um forte discurso antifeminista e nostálgico de períodos ditatoriais tornou o feminismo alvo de resistência central; (d) a dinâmica de afeto dos movimentos feministas reconstrói vínculos sociais e ações de solidariedade.

Palavras-chave: Repertórios; Gênero; Mulheres Latino-americanas; Pandemia.

Abstract

Women's activism and the multiple Latin American feminist struggles throughout the pandemic characterize the public unrest of the period. We observed the creation and dissemination of repertoires of collective action with a strong decolonial accent. This study

¹ Doutora e mestra em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio (UNIRIO) e Especialista em Epistemologías del Sur, pelo Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br

² Doutora e mestra em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL). E-mail: marianesreghim@gmail.com

³ Mestra em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Editora da *Global Dialogue*, revista de sociologia pública e global da Associação Internacional de Sociologia (ISA), e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL). E-mail: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

aimed at investigating the trajectory of feminist movements in Latin America, pointing to the emergence of different repertoires in processes of continuity, rupture and updating. Based on this socio-historical and theoretical development and on the analysis of data from the monitoring of social movements in different countries of the region carried out by the Observatory of Social Movements in Latin America (OMSAL), we drew interesting conclusions: (a) feminist movements' repertoires of action opened up crucial elements for understanding the period of pandemic on the continent and its impacts on social and political life; (b) women's lives, especially black women, suffered a different impact from the pandemic in different areas; (c) the global scenario of growing authoritarianism, militarization, rise of the extreme right, and a strong anti-feminist discourse and nostalgia for dictatorial periods made feminism the target of a strong backlash; (d) the dynamics of affection of feminist movements rebuild social ties and solidarity actions.

Keywords: Repertoires; Gender; Latinoamerican women; Pandemics.

Introdução

O ato de se tornar mulher em uma sociedade em que há relações hierárquicas de gênero é uma experiência que perpassa, necessariamente, aprender desde cedo que nosso modo de ocupar o mundo é diferente daquele dos homens. Sempre teremos barreiras a mais, dificuldades a mais e violências a mais. Outras características podem acirrar ou amenizar essa situação, como raça, classe social, sexualidade, origem geográfica e deficiência. Ser mulher, na América Latina e no Brasil, também incorre em experiências próprias da herança colonial e das relações geopolíticas que organizam as relações de poder entre países e continentes. Neste caso, mais uma vez, essas heranças afetam de maneiras diferentes mulheres e homens, que não podem ser compreendidos de forma homogênea.

A pandemia de Covid-19 e seu desastroso legado também afetaram de maneira diferenciada mulheres e homens. Embora diferentes mulheres e diferentes homens tenham vivido impactos específicos, pode-se falar em um impacto agravado da pandemia sobre mulheres. Recursos para vacina, condições apazíveis de trabalho, possibilidade da continuidade de uma existência digna e acesso a itens básicos de consumo não estiveram garantidos para todas as pessoas. As desigualdades sociais, econômicas, políticas e de gênero anteriormente notáveis foram escancaradas durante esse momento de abrupta transformação.

Como um grau de vulnerabilidade que se acrescenta, ficou evidenciado que as mulheres foram ainda mais reprimidas e violentadas ao longo da pandemia. Os dados de violência contra as mulheres nesse período são alarmantes. Com a imposição de permanecer em casa, muitas vezes passando longos períodos com companheiros e outros familiares, as mulheres ficaram expostas a diferentes tipos de violência doméstica – de psicológica a física, passando também por moral, sexual e patrimonial, por exemplo –, chegando ao extremo do feminicídio. A violência contra mulheres extrapola o âmbito doméstico-familiar e pode, ainda, ocorrer de forma institucional (como com os inúmeros relatos de violência policial sexual contra mulheres) e também digital.

No entanto, os tempos de grande acirramento são também quando erupções acontecem. Milhares de mulheres não se calaram durante esses acontecimentos. Seja nas ruas, seja nas redes, ou mesmo em seus lares, as mulheres expuseram e escancararam a violência que estava ocorrendo e os impactos da pandemia em suas vidas. Iniciativas populares, massificadas e/ou pontuais, também marcam este período, em que prevaleceu a luta constante pela manutenção de direitos que estiveram ameaçados e também pela busca por novas configurações de existência.

Neste artigo, apresentaremos algumas dessas mobilizações, tentando entender de que maneira as mulheres na América Latina reagiram e sobreviveram à pandemia de Covid-19, a governos antipopulares e a um contexto extremamente insalubre para mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e pessoas de outros grupos minorizados. Nesse sentido, ressaltamos que mulheres estiveram à frente de diferentes lutas – por segurança alimentar, moradia, trabalho digno, educação, defesa de seus territórios e mais.

Para isso, empregamos o conceito de repertórios de ação buscando estabelecer continuidades e compartilhamentos das mobilizações nesse período. A escolha se justifica por entendermos que não há, necessariamente, inovações ou novidades no modo como as mobilizações têm ocorrido em nosso continente. Pelo contrário, o compartilhamento de repertórios e sua historicidade nos mostra que estamos mais conectados e conectadas que

nunca, sem que isso signifique ausência de criatividade no processo dos repertórios.

Além desta breve introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, buscamos ressaltar o impacto diferenciado da pandemia sobre as mulheres.⁴ Na segunda, fazemos um apanhado teórico-histórico de repertórios de ação e de lutas feministas na América Latina. Por fim, na terceira, apresentamos os principais repertórios mobilizados por mulheres no período pandêmico, sobretudo a partir da análise de dados contidos nos monitoramentos de movimentos sociais em diferentes países da região, que realizamos no bojo das iniciativas do Observatório de Movimentos Sociais na América Latina (Omsal).⁵ Aqui, cabe ressaltar que, embora a análise não se prenda a nenhum país específico e busque ser geral para nosso continente, travando diálogos com outros países da América Latina, escrevemos a partir do Brasil.

Impacto diferenciado da pandemia sobre a vida de mulheres

Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?
(Jair Bolsonaro, 29 de março de 2020)⁶

Quando questionado sobre o aumento de violência doméstica de gênero em função do isolamento social em razão da pandemia de Covid-19, foi com essas palavras que o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, respondeu, em 29 de março de 2020. Assim como outros presidentes latino-americanos ao longo da pandemia – como Nayib Bukele, de El Salvador, e Andrés Manuel López Obrador, do México –, Bolsonaro foi profundamente crítico ao

⁴ Nesse sentido, a autora Vitória Gonzalez agradece ao Instituto Pacs (Políticas Alternativas para o Cone Sul) pela pesquisa conjunta desenvolvida no seio do projeto “Rastros da pandemia na vida das mulheres latino-americanas”, que será publicada em breve em formato de dossiê (no prelo). O Instituto Pacs defende que construir memórias feministas sobre a pandemia é lutar por justiça, e este texto se insere também nesse esforço.

⁵ O Omsal foi criado pelo Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (Netsal), grupo vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), com o intuito de visibilizar mobilizações sociais durante a pandemia. Como produto desse esforço coletivo de monitoramento, pesquisa e divulgação, foram publicadas diversas edições do “Comunica América Latina”, publicação que acompanhou mobilizações de mais de 15 países do continente ao longo de cerca de dois anos. O material pode ser acessado na íntegra em: <http://netsal.iesp.uerj.br/publicacoes/comunica/>.

⁶ Fala do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em 29 de março de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/30/por-que-bolsonaro-erra-ao-usar-violencia-domestica-para-criticar-isolamento.htm>. Acesso em: 04 abr. 2023.

isolamento social. O ex-presidente utilizou, durante toda a pandemia, argumentos negacionistas sobre o perigo à vida, a ineficácia de vacinas, a suposta eficácia de outros tratamentos e a prescindibilidade de isolamento, ressaltando que “a economia não pode parar”. Nesse cenário, na intenção de reivindicar o retorno do comércio e a circulação de pessoas, Bolsonaro produziu uma infeliz e perigosa banalização da violência doméstica contra mulheres e apresentou uma maneira de justificar a violência dos homens deslocando a sua responsabilização para as medidas protetivas diante da crise sanitária (GALETTI, 2020).

A violência doméstica é uma lastimável realidade no Brasil. Mesmo com uma lei voltada ao seu combate, à penalização de agressores e ao suporte às vítimas – Lei Maria da Penha (2006) –, os índices são alarmantes. A cada quatro minutos é registrado um caso de agressão e a cada dia morrem três mulheres por feminicídio (Galetti, 2020). Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh),⁷ o Brasil, sob o governo de Bolsonaro, figurou como o quinto país de maiores índices de violência contra a mulher, atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, países que, de modo geral, mantiveram uma narrativa da prioridade da economia em detrimento das vidas durante a pandemia (CUNHA, 2018).⁸

O cenário global dos anos de pandemia, desde março de 2020, foi sintomático dessa relação de violência. A necessidade de isolamento social aumentou e agravou a violência doméstica e familiar contra mulheres – referente a casos em que há laços de coabitação ou afetividade. A Nota Técnica 78 do IPEA, que trata sobre o assunto, destaca alguns fatores que dão conta do quadro e que se repetem em pesquisas relacionadas a outros países: maior convívio entre agressor e vítima; mais conflitos cotidianos; sobrecarga de mulheres com trabalhos domésticos e de cuidados; uso excessivo de álcool e outras drogas; aumento do estresse, ansiedade, angústia e outros sentimentos negativos afins; inexistência de momentos individuais, isto é, separados ao

⁷ Disponível em: <[⁸ Tomando aqui “economia” pela mesma conotação simplista atribuída por essas lideranças, pensando-a como a manutenção do mercado em dinâmica normal diante da crise sanitária global.](https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/feminicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20o%205%C2%BA,casos%20de%20assassinato%20de%20mulheres.>”. Acesso em: 04 abr. 2023.</p></div><div data-bbox=)

longo do dia; sentimento de impunidade; dificuldade ou impossibilidade de acesso a serviços de denúncia e de proteção a mulheres vítimas; e aprofundamento da dependência emocional, econômica e financeira (ALENCAR et al., 2020).

Com relação à violência contra mulheres no Brasil, artigo publicado pelo Instituto Igarapé (GIANNINI et al., 2020) destaca fenômeno que foi comum também em outros países do continente: a pandemia e o isolamento impactaram não só os casos de violência, mas os seus registros. Se, por um lado, há uma subnotificação, por outro, há indícios do aumento de violência. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (FSP, 2022) aponta que as chamadas ao 190 para registro de violência doméstica orbitaram ao redor de 600 mil em 2020 e 2021. O mesmo Anuário traz o dado de 1300 feminicídios por ano em 2020 e em 2021 – em 2021, cruzando dados de gênero e raça, tem-se que 62% das vítimas de feminicídio são negras. Ainda em 2020, primeiro ano de pandemia, movimentos feministas e de mães de vítimas de feminicídio ocuparam a Comissão Nacional de Direitos Humanos na Cidade do México contra a alta taxa de feminicídios no país (Omsal, 2020).

Com relação ao crime, deve-se considerar não apenas a subnotificação, mas também a relativamente recente tipificação do crime, e os entraves para tal tipificação, que também têm variações entre países e ao longo do tempo (com relação, por exemplo, aos perpetradores).⁹ Para além dos números de feminicídios, portanto, deve-se olhar para outras mortes violentas de mulheres não enquadradas nessa tipificação. Ademais, diferentes estudos apontam para a relação entre desaparecimento e feminicídio – em 2020, no Peru, por exemplo, 25% das vítimas de feminicídio foram anteriormente reportadas como desaparecidas (Defensoría del Pueblo, 2020). Somente durante a quarentena, o país registrou denúncias de desaparecimento de mais de 900 mulheres (Omsal, 2020).

O argumento de Butler (2016) quanto aos corpos não *enlutáveis*, isto é, não passíveis de luto – dada a sistêmica precariedade a que são submetidos

⁹ No Chile, por exemplo, a tipificação do crime ocorreu em 2010, e considerava feminicídio o assassinato de mulheres perpetrados por cônjuges, ex-cônjuges, conviventes ou ex-conviventes. Foi somente em 2020, isto é, uma década depois, que uma alteração definiu como autor de feminicídio um homem que mata uma mulher com motivo de ódio, menosprezo ou abuso relacionado a gênero – sem que importe a relação entre agressor e vítima e, portanto, sem reduzir os casos ao seio familiar.

– quando operado em nosso continente, fala especialmente sobre corpos de mulheres e pessoas negras. Não bastasse enterrar mulheres queridas, coletivos e redes feministas, militantes e de apoio a vítimas mostram que os números das vítimas são subnotificados, tendo em vista a discrepância entre os dados oficiais e a realidade. Cabe destacar a importância da articulação em rede de observadoras, fontes comunitárias, meios independentes alternativos e denúncias em redes sociais e entre a vizinhança para essa verificação, cumprindo um papel que deveria ser do Estado. Ademais, essas iniciativas costumam incluir outras categorias que dão uma dimensão mais real da gravidade do quadro. Nesse sentido, por exemplo, o dossiê da Rede Chilena contra a Violência contra as Mulheres (Fernández Arce; Castillo Chaud, 2020) aponta para a categoria de suicídio feminicida e castigo feminicida ao contabilizar feminicídios ocorridos no Chile.¹⁰

Também sobre violência, é imprescindível destacar a mobilização da categoria “mãe”, algo que extrapola e antecede a pandemia, mas se exacerba com ela. Mães de vítimas de violência do Estado, mães de pessoas desaparecidas, mães de migrantes desaparecidos e mães de vítimas de feminicídio se mobilizaram de norte a sul e de leste a oeste do continente na busca por justiça, memória e verdade para os seus filhos e filhas, muitas vezes recorrendo a meios próprios e comunitários para as buscas, fazendo frente ao aparelho do Estado que deveria ser o guardião dos direitos, mas muitas vezes é o próprio perpetrador de violência. A luta de mães, histórica na Argentina, com as Mães e Avós da Praça de Maio, é amplamente reconhecida pela memorável atuação em contextos de alto risco, como o de seu surgimento, na Ditadura Militar do país. E é pela lamentável semelhança de casos de desaparecimento e assassinato da juventude por atores estatais e paraestatais que são crescentes as articulações entre mães – como no Brasil, com as Mães de Manguinhos e Mães de Acari; na América Central, com o Movimiento Migrante Mesoamericano;¹¹ e no México, com as *madres buscadoras*.

¹⁰ No suicídio feminicida, a mulher tira a própria vida por causa da ameaça ou violência machista que sofre, por entender que não existe outra saída. Já no castigo feminicida, uma pessoa próxima da mulher vítima de violência é assassinada, normalmente sua filha ou filho.

¹¹ As mães da América Central são reconhecidas como o exemplo mais visível das tragédias ocorridas no processo migratório de jovens que saíam de países da América Central, desde o início dos anos 2000, em busca de melhores condições de vida no México e terminaram desaparecidos. Desde 2004, todos os anos, o grupo de mais de quarenta mães do Movimiento Migrante Mesoamericano, marcha desde El

É em momentos de aprofundamentos de desigualdades – sociais e econômicas – e de crises políticas que a experiência das mulheres se mostra especialmente agravada, ao mesmo tempo que a resistência feminista demonstra ampliar suas pautas para toda a sociedade. Com o confinamento da pandemia, a adaptação ao *home office* demonstrou essa relação, tendo em vista que, associada à sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado, resultou em um contexto de acirramento das desigualdades e da violência contra as mulheres. O aumento exorbitante da violência no espaço doméstico no período de confinamento mostrou que, se por um lado “ficar em casa” era uma necessidade à sobrevivência humana e prevenção da Covid-19, para muitas mulheres a realidade pareceu um beco sem saída: a violência em casa poderia ser tão fatal como o vírus.

Heleieth Saffioti (2004) busca compreender a violência contra as mulheres e os fenômenos que estão atrelados a isso traçando um debate sobre o conceito de violência em suas diferentes formas de ruptura da integridade da vítima – física, psíquica, sexual e moral. Nesses termos, a autora situa as assimetrias do poder, em detrimento das mulheres, como elemento central para as relações de violência, tendo em vista que deslocam-nas às margens, em especial nas relações privadas, em que o índice de violência de gênero é alarmante.

A divisão sexual do trabalho destina mulheres aos afazeres domésticos, ao cuidado e ao trabalho reprodutivo, apresentando-os como trabalhos naturais às mulheres e associando determinadas características comportamentais a essa divisão. As mulheres são socializadas, por exemplo, como dóceis, sensíveis e apaziguadoras, ao passo que os homens são orientados a condutas que demonstrem virilidade, coragem e agressividade. Isso explica, em parte, como, em tantas situações, a mulher mesmo sendo vítima tende a ser culpabilizada – social e intimamente – pela agressão sofrida.

Nesse sentido, Saffioti (2004) argumenta ainda que contextos de crises socioeconômicas, em que há aumento do desemprego, afetam diretamente as relações familiares e de gênero. Isso porque o papel do homem provedor

Salvador, Honduras e Guatemala até a Cidade do México, seguindo a pé a mesma rota que imaginam ter feito suas filhas e filhos. Ver mais em: <<https://elpais.com/mexico/2022-05-29/las-madres-buscadoras-de-america-latina-sin-miedo-y-con-memoria.html>>. Acesso em 06 abr. 2023.

quando comprometido atinge nuclearmente a estrutura viril constituinte do homem. Com frequência, os homens descontam em suas parceiras as frustrações ligadas à impotência sentida pela ausência do lugar de autoridade provedora.

Com a sobrecarga de trabalhos e a precarização do tempo das mulheres (LIMA; BERGSTRÖM; GEMMA, 2020), é possível afirmar que a pandemia impactou o trabalho dito “produtivo” e aquele chamado de “reprodutivo”. Com relação ao mundo laboral, cabe destacar algumas características gerais: as mulheres são maioria em setores que ficaram fechados por mais tempo, como comércio e serviços, e sua reincorporação ao mercado laboral foi mais lenta (GONZALEZ, no prelo).¹² Seja na formalidade, seja na informalidade, o trabalho de mulheres viu-se impactado não só nos aspectos de remuneração, precarização, desvalorização e sobrecarga, mas pelo acúmulo com trabalhos domésticos e de cuidados em um momento de adoecimento da população. A enorme discrepância já existente entre o número de horas dedicadas por homens e por mulheres a essas tarefas antes da pandemia, aumentou em disparada. Isso se dá em função do maior número de pessoas e por mais tempo dentro de casa, em função da necessidade de cuidados de crianças, pessoas idosas e enfermas, e também da necessidade de apoio a atividades educativas dos filhos e filhas, como dá conta a pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (BIANCONI et al., 2020).

No Brasil, de acordo com dados reunidos pela Oxfam (2020), em 2020, 40 milhões de pessoas trabalharam sem carteira assinada e 12 milhões estavam sem emprego desde o início da pandemia. Além disso, aproximadamente 35 milhões de pessoas não têm acesso adequado à água e 100 milhões não têm acesso a serviço de esgoto. Foi nesse contexto que o governo federal brasileiro expressou que era “preciso escolher entre a economia e a vida”, venerando a economia e banalizando a morte. A vida humana foi secundarizada frente à estabilidade do mercado financeiro global; mas, conforme a frase do Bolsonaro expressa, as mulheres foram as mais negligenciadas e vitimizadas por essa conduta.

¹² Referida pesquisa realizada junto ao Instituto Pacs.

A precarização econômica, como mencionado, tem impacto direto na (in)segurança alimentar das populações. Se, antes da pandemia, em diversos países da América Latina já existia um cenário de insegurança alimentar, este é aprofundado com os efeitos nefastos da crise sanitária. No caso do Brasil, segundo Galindo et al., (2021), entre agosto e dezembro de 2020 quase 60% da população brasileira sofreu com algum nível de insegurança alimentar. Nesse quadro, a insegurança alimentar piorou (aumentando, por exemplo, a insegurança alimentar grave). Aqui, é imprescindível destacar que um aumento de 9% para 15,5% da população em situação de insegurança alimentar grave não se trata de um número abstrato: esse aumento, de pouco mais de 6 pontos percentuais, equivale a cerca de 14 milhões de pessoas deslocadas para a condição de fome, como apontado no documento “Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil” (Rede Penssan, 2022).

Ademais, é importante destacar o que muitas vezes se mascara: a fome, no Brasil e em outros países do continente, tem cor e gênero. Pesquisas, aqui e em outros países, destacam também a importância da educação para a segurança alimentar, de modo que a paralisação das aulas contribuiu para agravar o quadro. Podemos trazer o exemplo do Chile, em que 15% da população sofre insegurança alimentar moderada ou severa, porcentagem que representa quase 3 milhões de pessoas – com mais incidência em lares chefiados por mulheres do que lares chefiados por homens, como aponta pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Ministério de Desenvolvimento Social e Família daquele país (PNUD; MDSF, 2020). Além de cor e gênero, outros marcadores podem maximizar ou minimizar a segurança alimentar, como o fato de ser migrante. Relatório do World Food Program (WFP, 2020) sobre pessoas migrantes e refugiadas da Venezuela no Peru traz dados sobre isso, apontando que entre abril e agosto de 2020, a insegurança alimentar severa passou de 15% a 17% dessa população e a moderada de 36% a 51%.

A violência, portanto, seja física, psicológica, financeira, emocional, entre outras, permeia a mobilização de mulheres e outros movimentos. As mulheres e(m) movimentos fazem denúncias institucionais e sociais, buscando mecanismos, leis e mudanças culturais para mitigar e/ou erradicar

esse mal. A violência contra mulheres, como vimos, não é proveniente nem exclusiva do período pandêmico. Tampouco os repertórios utilizados para buscar seu fim.

No próximo tópico, aprofundamos o debate teórico sobre repertórios de ação coletiva para, então, identificar alguns dos repertórios utilizados pelas mulheres. Este exercício parte do interesse em entender de que maneira as mulheres se organizaram na pandemia, quais foram suas causas e pautas de lutas, seja nos movimentos feministas, seja em outros movimentos.

Repertórios de ação: breve histórico e as lutas feministas na América Latina

Os repertórios, de ação ou de confronto, são o que tanto Charles Tilly quanto Sidney Tarrow (TARROW, 1997; TILLY, 2006; ALONSO, 2012) entendem como o conjunto de ações específicas a uma época e compartilhadas por um grupo de pessoas. Ainda que possa parecer muito abrangente e pouco delimitado, o período da pandemia na América Latina mostrou-se especialmente interessante no que concerne à possibilidade de identificar qual(is) repertório(s) estiveram presentes durante as mobilizações dos movimentos feministas, suas convergências e dissonâncias em relação aos territórios e à temporalidade. Um momento que impôs grandes mudanças nas dinâmicas sociais requereu dos movimentos sociais respostas rápidas, criativas e sensíveis – e as mulheres se mostraram protagonistas nesse cenário.

Tarrow e Tilly são enfáticos ao apontar a continuidade de repertórios e, mesmo, a apropriação de determinado repertório por grupos que defendem bandeiras e concepções diferentes e até antagônicas (TARROW, 1997; TILLY, 2006; ALONSO, 2012). As manifestações nas ruas do Brasil, por exemplo, com caixas de som, bandeiras hasteadas e a *performance* de músicas são um exemplo de conjunto de repertórios que foi utilizado tanto pela direita quanto pela esquerda. Para referir a essas apropriações, e mesmo atualizações, Tarrow apresenta duas categorias de repertórios que devem ser entendidos de maneira contextual: o tradicional e o novo. As categorias levam em consideração aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. Cabe, ainda que brevemente, fazer essa contextualização.

O início do século XVIII é compreendido como um marco no que se refere às transformações dos tipos de repertórios. Os repertórios tradicionais possuíam como características o fato de serem específicos, diretos e rígidos, características condizentes com “sociedades divididas em ordens, isoladas pela má comunicação e falta de alfabetização, era raro encontrar formas de ação comum independentes dos conflitos que as originaram” (TARROW, 1997, p. 73, tradução nossa). Já os repertórios emergentes no início do século seriam gerais, indiretos e flexíveis, acompanhando as mudanças sociais e políticas de seu tempo. Essas alterações foram importantes para o surgimento do movimento social nacional, considerando três principais efeitos: i) possibilidade de uma ação continuada, ii) criação de organizações do próprio movimento e iii) sua capacidade de descentralização.

O surgimento do Estado nacional no século XVIII é o principal elemento de transformação dos tipos de repertórios e também de surgimento do movimento social nacional, segundo Tarrow. A configuração do Estado, se forte ou fraco, é o que vai favorecer diferentes tipos de mobilizações, repertórios e até mesmo de movimentos. O Estado, portanto, adquire importância enquanto ator central, e os demais grupos passam a se mobilizar de acordo com ele, considerando-o principalmente um importante agente de criação e realização de oportunidades políticas.

A oportunidade política é essa possibilidade concreta de mudança na qual os movimentos tendem a mobilizar um conjunto de repertórios que foram se consolidando historicamente, chamados pelo autor de repertórios modulares (TARROW, 1997). A utilização de repertórios modulares, por serem já conhecidos pelas pessoas envolvidas em determinado movimento, é de suma importância para a manutenção e a criação de uma identidade a longo prazo. Eles têm o papel tanto de manter mobilizadas pessoas que possuem memórias afetivas de determinados repertórios, quanto de ser um grande potencial agregador de outras pessoas até então distanciadas. Ou seja, são cruciais para a manutenção, a permanência e a comunicação entre redes de mobilização.

As oportunidades políticas são, portanto, momentos nos quais os diversos atores envolvidos em disputas compreendem que há possibilidade de

alteração, seja de mudança ou de retração. Estado, movimentos sociais, sociedade civil e demais atores poderão estar aptos a analisar, de acordo com o momento histórico, qual a probabilidade de terem suas pautas alcançadas. Mudanças estruturais, governamentais são alguns indicadores importantes para isso, assim como também foi a pandemia.

O momento lamentável da pandemia – de dores, perdas e luto – pode também ser entendido como oportunidade política, pois alterou as dinâmicas sociais conhecidas, uma vez que alterou o modo de existir de forma geral. As transformações advindas com a imposição de *lockdown* e das restrições sanitárias ainda estão sendo analisadas. O deslocamento da vida social e do trabalho para a internet (considerando um recorte de classe nessa possibilidade) segue sendo implementado mesmo após oficializado o fim da pandemia¹³ e seus efeitos já são sentidos e analisados. É certo que o impacto do uso da internet não escapou dos movimentos sociais, os quais também passaram por mudanças e incorporações significativas.

A relação entre movimentos sociais e internet não é uma novidade em nosso continente e vem sendo objeto de reflexão desde a chegada da internet na região, em 1997 (GARCÍA-GONZÁLEZ, 2021). Pouco foi elaborado, contudo, sobre as particularidades de países fora do Norte global e com acentuada desigualdade de acesso à tecnologia, como é o caso dos países da América Latina. Se, por um lado, na construção da transnacionalidade e da organização, especialmente na quarentena pandêmica, a internet se mostrou de enorme relevância para a construção das ações de solidariedade, por outro lado, a tendência já existente de esvaziamento dos espaços de trocas e ação coletiva presencial foi intensificada, inevitavelmente em detrimento das pessoas em maior vulnerabilidade e que não acessam a internet.

O modo como cada governo optou por lidar com a pandemia também influenciou o modo como os movimentos se organizaram naquele momento, não apenas no que tange às medidas de isolamento social associadas a garantias econômicas aos trabalhadores e às trabalhadoras para que ficassem em casa, mas também quanto aos processos de criminalização e repressão

¹³ Ver mais em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em 04 jul. 2023.

intensificados no período. No Brasil do governo Bolsonaro, por exemplo, os movimentos tiveram que abandonar pautas mais progressistas para garantir o mínimo – afinal, a perda de direitos adquiridos foi uma realidade, ao passo que outros foram mantidos sob ameaça (Omsal, 2020-2022; SARTORIO et al., 2022).

Diante das dinâmicas de reação e de uso estratégico da oportunidade política no período de pandemia, chamou atenção, no contexto latino-americano, o protagonismo de mulheres e dos movimentos feministas nas mais diversas frentes, e com diversos repertórios. Conforme pode ser visto no trabalho de monitoramento realizado pelo Observatório de Movimentos Sociais na América Latina, entre 2020 e 2022, os movimentos feministas na região cumpriram um papel central não apenas no acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, mas protagonizando as mobilizações em torno das pautas de auxílio enquanto medida de garantia de sobrevivência das famílias durante a quarentena, de acesso à saúde pública e garantias para as e os profissionais de saúde, do direito irrestrito à vacina, além de iniciativas populares de combate à fome, entre outros temas. Isso demonstra uma diversificação das pautas e repertórios dos movimentos durante o período da pandemia, demarcando diferenças importantes com o período anterior à pandemia. Identificar os repertórios de ação utilizados pelas mulheres durante a pandemia passa, portanto, por dois momentos: i) identificar quais são os repertórios modulares atuais, e ii) identificar de que maneira eles são utilizados por diferentes mulheres, grupos feministas e até mesmo outros movimentos.

O que estamos querendo enfatizar é que a presença maciça de mulheres em movimentos que não apenas o feminista contribuiu para a disseminação de repertórios que, até então, poderiam ser caracterizados como tradicionais do feminismo. No mesmo sentido, pode-se perceber que repertórios até outrora utilizados por outros movimentos também foram incorporados nos feminismos.

Com o mundo do trabalho – esfera do dito trabalho produtivo – adentrando o espaço doméstico – esfera majoritária do trabalho dito reprodutivo –, as divisões até então definidas entre eles assumiram novos

contornos. De certa maneira, não foi mais possível separar trabalho produtivo de reprodutivo, visto que ambos estavam no mesmo lugar, às vezes no mesmo cômodo. Ou seja, repertórios teóricos e práticos, historicamente do movimento feminista, relativos à maternidade e cuidado tiveram que ser adotados também por movimentos trabalhistas, ambientais, LGBTQIA+, dentre outros. No entanto, é importante destacar que mulheres continuaram sendo protagonistas nessas pautas, como pudemos perceber nos “mamaços” virtuais e na defesa na prioridade de vacina para crianças e mães, visto a alta letalidade de Covid nessa população.

O movimento feminista e seu histórico de atuação foram cruciais para a própria concepção da atuação dos movimentos no período. De certa maneira, o feminismo é um importante movimento a ser observado para entender quais são os repertórios vigentes em lugares e épocas. Se, por um lado, a globalização do movimento feminista permitiu evidenciar as fissuras nas relações de poder perpetuadoras das desigualdades e das hierarquias de gênero (BALLESTRIN, 2020), ela também mostrou a força de uma reação em nível global às suas conquistas, especialmente enfática a partir da ascensão de uma extrema-direita raivosa e autoritária que vem popularizando discursos antifeministas e misóginos. A amplitude internacional dos movimentos feministas e das reações antifeministas não confere, contudo, homogeneidade aos repertórios: estes adquirem diferentes contornos conforme o lugar onde se realizam. Ou seja, ainda que haja uma identificação enquanto feminista no que diz respeito à leitura das relações assimétricas de poder – o que pode ser compartilhado entre cidadãos dos cinco continentes –, o que as move e como se movem pode ser bastante diferenciado.

A pesquisadora Sonia Alvarez, junto a outras pesquisadoras (ALVAREZ et al., 2003), no exercício de observar as particularidades do movimento feminista latino-americano, argumenta que os Encontros Feministas Latino-americanos e Caribenhos – com sua primeira ocorrência em 1981, em Bogotá – foram fundamentais para a compreensão do campo feminista como “campo discursivo de ação”. Entendê-lo como tal, além de sofisticar a abordagem, leva-nos a compreender a importância dos repertórios de ação como processos de caracterização do feminismo latino-americano. Assim, destacamos neste

estudo que a identificação do movimento feminista na América Latina ocorre eminentemente em duas dimensões. Uma, de um feminismo latino-americano que se identifica por pautas e repertórios compartilhados entre diferentes agentes de diferentes países da região, mas que evidencia uma orientação anticolonial. Outra, por sua vez, que aponta para as especificidades de cada país e reivindica ênfases territorialmente referenciadas.

Nos termos dessa identificação, podemos destacar o histórico colonial como um fator de aproximação das diferentes agentes. Ainda que as consequências sejam sentidas de maneira diversa, ao se comparar com países do Norte global, por exemplo, esse será mais um fator de união do que de diferenciação. A mobilização de repertórios decoloniais pode ser apontada como um exemplo. E, mais do que isso, esta vertente decolonial pode ser identificada também em outros movimentos, como o indígena e o negro. Se focarmos nos movimentos de trabalhadoras/es, podemos também perceber uma tensão quanto ao lugar do trabalhador na composição geográfica, de entendimento da divisão social do trabalho e desigualdades provenientes de acordos econômicos internacionais que impediram a negociação entre trabalhador e empregador.

Um aspecto de confluência dos feminismos latino-americanos diversos, decorrente do giro decolonial: é o contraponto realizado ao termo “América”. O feminismo decolonial (ou subalterno) elabora seus alicerces reflexivos a partir da noção de *Abya Yala*, que significa “Terra madura” ou “Terra em florescimento” na língua do povo Kuna, originário do norte da Colômbia. A reivindicação dessa referência, há aproximadamente duas décadas, é uma demonstração importante do processo político-identitário da região em termos de descolonização do pensamento (PORTO-GONÇALVES, 2006). Conforme observado por Ballestrin (2017; 2020), afirmar a *Abya Yala* reforça a importância geográfica e histórica para as identidades “feministas subalternas” e, poderíamos acrescentar, para as dinâmicas inventivas de repertórios com significado situado.

O(s) feminismo(s) latino-americano(s) refletem, então, a absorção de diferentes pautas, debates e correntes, mas que comumente são interseccionalizadas com aspectos de classe, raça, etnia, cultura, orientação

sexual, nacionalidade e geografia (BALLESTRIN, 2020). Em um grau importante, essa composição expressa um certo antagonismo com o feminismo hegemônico, ou feminismo do Norte global, que foi crescentemente exposto como universalista, etnocêntrico, anglo-eurocêntrico, embranquecido e alinhado ao (neo)liberalismo. Desse modo, foi acentuada a necessidade de se contrapor às simplificações e generalizações em termos de identidade, o que estimulou processos de diferenciação. Mesmo que essa relação termine por traçar convergências de parâmetros que conjugam o feminismo latino-americano, acomodam também diferenças importantes de pertencimentos geoculturais e geopolíticos. Assim, chegamos à dimensão que dota a diferenciação de centralidade no processo de constituição das identidades.

O Estado é um importante ator quando pensamos em termos de diferenciação. A América Latina é uma região composta por países gigantes, como o Brasil, e países pequenos, como Cuba. Países com histórico de ditaduras militares, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, e países com histórico de uma democracia (aqui entendida como o oposto de um regime ditatorial) mais longínqua, como é o caso do México e da Costa Rica, por exemplo (FGV, 2016). Essas diferentes configurações estatais vão influenciar, por exemplo, a concepção de direitos das mulheres e as (im)possibilidades de mobilizar diferentes repertórios. A interpretação do aborto como um direito ou como crime está atrelada também a isso. E, com efeito, a mobilização das mulheres para tensionar este assunto também vai variar. Este ponto está em confluência com o que Tarrow (1997) observou acerca da centralidade do Estado enquanto agente nas dinâmicas de disputa de poder e na organização dos movimentos, além dos repertórios utilizados.

Para Sonia Alvarez (1998), podemos associar o processo de diferenciação e reivindicação de particularidades à constituição da autonomia como um princípio central da identidade feminista na América Latina. Nos referidos encontros feministas, diferentes comunidades feministas foram imaginadas de modo a acolher a diversidade sem que nenhuma fosse marginalizada, subalternizada ou invisibilizada, unidas por heranças (neo)coloniais semelhantes (ALVAREZ et al., 2003). Trabalhar as questões de convergências e divergências desde o início mostrou-se um desafio não a ser

superado no sentido de dar solução, mas uma possibilidade de potência inventiva para o processo decolonial. Assim, “diferentes expressões organizativas, temáticas, ideológicas, identitárias e geracionais” marcaram conflitos internos, muitas vezes com divergências antagônicas, e suscitaram disputas em torno do próprio significado de feminismo (BALLESTRIN, 2020, p. 6).

Ao longo do tempo, o feminismo latino-americano precisou afirmar sua autonomia diante de múltiplos atores: “organizações da esquerda revolucionária e partidos políticos em um primeiro momento; posteriormente, Estado, outros movimentos sociais, organizações não governamentais e agências de financiamento internacional” (BALLESTRIN, 2020, p. 6). As circunstâncias de autonomização e afirmação de importância foram também significativas para a construção de repertórios de ação, bem como as reações de profunda violência política de gênero.¹⁴

Se podemos falar em uma *virada afetiva* (CLOUGH; HALLEY, 2007), em que a produção científica crítica interdisciplinar crescentemente se ancora em um olhar sobre os afetos, é indiscutível a influência da teoria feminista para a urgência desse olhar – somada, é evidente, às circunstâncias de caos social marcadas por guerras contínuas, violência, torturas, autoritarismo etc., ou seja, elementos associados à masculinidade e expressões viris (GARDINER, 2004; SEGATO, 2014). A partir da virada afetiva, é possível dizer que os fatores de mudança extrapolam o nível da consciência e são sentidos no corpo, nas subjetividades e nas ações e expressividades no nível individual e também coletivo.

É importante ressaltar, nesse ponto, que os momentos de crises globais são impulsionadores de mudanças que mobilizam retornos de aspectos negados pelo capitalismo industrial ocidental e, por isso, histórias apagadas e “corpos fantasmáticos” são relançados à frente (CLOUGH, 2020). Desse modo, o período pandêmico, que foi especialmente adverso aos mais vulneráveis, foi utilizado pelos movimentos feministas, mas não só – em razão de mulheres militantes –, como oportunidade de trazer à tona os

¹⁴ Não é casual, por exemplo, que a América Latina seja pioneira em legislações voltadas especificamente ao combate da violência política contra mulheres: a região é também epicentro dos casos.

silenciamentos, ocultamentos e traumas acumulados no percurso histórico, na forma de ação de um feminismo subalterno anticolonial.

Repertórios de ação de mulheres latino-americanas durante a pandemia

Muitas pesquisas apontam que a pandemia escancarou as desigualdades já existentes e que não é correto dizer que “estamos todos no mesmo barco”. Entre os grupos indiscutivelmente mais afetados destacam-se pessoas negras; mulheres; pessoas LGBTQIA+; pessoas idosas e crianças; trabalhadores e trabalhadoras informais; povos indígenas e comunidades tradicionais; moradores e moradoras de favelas; população em situação de rua; e pessoas que vivem em áreas sem infraestrutura. É certo que a pandemia de coronavírus atingiu desigualmente os desiguais, aprofundando o fosso entre incluídos e excluídos.

As mobilizações e protestos de rua, ferramentas de luta tradicionais de movimentos sociais foram amortecidas pelo isolamento social e já não estavam mais no horizonte dos repertórios de ação. Foi na Colômbia e no Chile que a calma das ruas foi interrompida com demandas populares e dizeres como “o neoliberalismo mata mais que o vírus”. No Brasil, o “fica em casa” se tornou impossível quando operações policiais invadiram ruas, becos e casas – levando tiro no lugar de proteção. De modo geral, mesmo com o período de isolamento social, as dinâmicas de rua se reinventaram, mas não deixaram de existir – sobretudo porque o imperativo da luta não permitia o isolamento.

As passeatas e manifestações públicas no espaço público são repertórios modulares e muito consolidados, sendo utilizados por toda a sorte de movimentos sociais e demais ações coletivas. As mulheres estiveram nas ruas da América Latina, mesmo sob o risco de contágio, lutando por direitos sexuais e reprodutivos, acesso à saúde, trabalho digno, direito à moradia, segurança alimentar, contra toda sorte de violência, por seus territórios e pela vida. Como tentamos argumentar, as mobilizações de mulheres extrapolam pautas ditas “de mulheres”, no sentido de que estiveram mobilizadas transversalmente ao redor de diferentes temas, considerando também os diferentes impactos que sofrem e pautando alternativas a curto e longo prazo.

Segundo pesquisa do Grupo Interdisciplinar em Conflitos e Desigualdades Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (Gico-PUCP) (HENRIQUEZ, MALCA, 2021), com análise de ações de protesto lideradas por mulheres organizadas entre junho de 2020 e setembro de 2021, há diferentes repertórios: mobilizações em frente a edifícios públicos (30%), protestos digitais (21%), bandeiraços (19%), atos culturais (13%), marchas (6%) e vigílias (5%). O documento da pesquisa também ressalta diferentes demandas: por direitos sexuais e reprodutivos (33%), contra violência sexual, desaparecimentos e feminicídios (30%), por reparações pelo conflito armado interno, especificamente relacionadas às esterilizações forçadas (18%), e por segurança alimentar (8%). Embora haja especificidade territorialmente orientada, como é o caso das esterilizações forçadas sobretudo contra indígenas entre 1990 e 2000, vê-se que as outras agendas são comuns a outros países. Um estudo como esse abre agendas futuras de pesquisa e coaduna-se com a ideia deste artigo.

No México, houve acampamentos e articulações de mães de vítimas de feminicídio e de desaparecidos e, no bojo dessas lutas, ocorreu um movimento importante de ocupações de prédios públicos (sobretudo de edifícios da Comissão Nacional de Direitos Humanos país afora) por feministas, com reapropriações de espaços públicos, quadros, monumentos e nomes de ruas. Destacamos essa reapropriação do espaço público a partir desse país pela importância que essas ocupações tiveram e pela simbologia, também, da inauguração de “antimonumentos”, que são ligados sobretudo a desaparecimentos, massacres e feminicídios, na luta por memória, verdade e justiça (GONZÁLEZ DÍAZ, 2020).

Em diferentes países e diversos momentos houve marchas massivas nas ruas, como em datas importantes como o 8 de março (8M) – embora as mobilizações não tenham sido restritas a marcos do calendário. Ruas e redes estiveram, assim, constantemente ocupadas. Não é novidade que as redes sociais passaram a ocupar um papel central na política, em especial nas duas últimas décadas. Se muito das dinâmicas de convívio precisou passar ao formato remoto, como trabalho, atendimentos de saúde e contatos entre familiares e amizades, não foi diferente com os movimentos feministas, que

precisaram se reinventar para ganhar destaque em suas denúncias e organização de ações frente ao intenso fluxo de informações nas redes. Desde debates, assembleias virtuais, reuniões, formação política até o uso proliferado de *hashtags*, vídeos curtos, conferências, abaixo-assinados, marchas virtuais, entre outros.

Entre algumas das *hashtags* mobilizadas, conforme levantamentos nas diversas edições do Comunica América Latina (OMSAL, 2020-2022), pode-se destacar: #*QueSubaLaMarea*, do México; #*SeráLey*, da Argentina e Chile e #*AbortoLegalYa* (pelo aborto legal, seguro e gratuito), #*NiUnaMenos*, da Argentina; #*AlertaFeminista*, do Brasil e do México; e #*YoSiTeCreo* (contra feminicídios e violência de gênero), #*NosotrasTenemosOtrosDatos*, (sobre disparidade e subnotificação de dados oficiais), #*LaPoliciaNoNosCuida*, e #*NoMeCuidanMeViolan* (contra violência policial sexual), #*MujeresBuscando*, #*HastaEncontrarles* e #*DondeEstan* (pela busca de pessoas desaparecidas), do México; #*TodosLosDerechosParaTodasLasPersonas* (movimento LGBTQIA+), #*UnDíaSinMujeres* e #*UnDíaSinNosotras* (greve de mulheres e importância do trabalho feminino), #*NoMásNeoliberalismo* (contra o neoliberalismo); #*SOSDerrameAmazonia*, do Equador e #*EscazuAhora*, do Peru (relacionadas a pautas socioambientais), #*ResistenciaIndigena*, do Uruguai e #*GenocidioIndigena* (na defesa de povos indígenas); e #*BolsonaroGenocida*, e #*EuAutorizoPresidente*, ambos do Brasil (na disputa política em torno do ex-presidente do Brasil). Tanto as dinâmicas de organização quanto de propaganda política foram majoritariamente executadas por meio das redes sociais – públicas (como Instagram, Facebook, Twitter) e privadas (como WhatsApp, Telegram, Signal).

Na chave dos repertórios compartilhados com outros movimentos, convém enfatizar a dinâmica e importância das cozinhas solidárias (ou *ollas comunes*). Apesar de serem iniciativas populares de diferentes movimentos sociais, foi notável o protagonismo das mulheres nessa construção e manutenção. Paraguai, Uruguai, Chile e Peru assumiram notoriedade em função do alcance que as *ollas comunes* de seus países tiveram no aplacamento da fome ao longo do período pandêmico. Convém destacar que esses países já acumulavam experiências anteriores de cozinhas solidárias,

ainda que nunca antes em uma escala tão ampla e atribuindo novos contornos de conscientização política relativa à produção de alimentos e a diferentes projetos de sociedade.

Um processo importante da difusão das cozinhas solidárias que vale enfatizarmos é o sistema de funcionamento de alguns dos casos que conseguiram constituir a autonomia dos assistidos, na medida em que eles próprios participavam da colheita de alimentos cultivados e tomavam a frente também cozinhando as refeições. Em torno das cozinhas também foram elaborados outros centros de cuidado, como acolhimento de vítimas de violência doméstica e orientação para cadastro de aquisição dos eventuais auxílios governamentais. A palavra de ordem “só o povo salva o povo” e “nós por nós” deu o tom das iniciativas de solidariedade que se multiplicaram e marcaram o repertório latino-americano durante a pandemia. O Estado, como ressaltamos, também foi um importante norteador das agendas dos movimentos no período, destacado, inclusive, pela centralidade que adquiriu enquanto ente responsável pelas políticas de saúde e de segurança social.

De certo modo, os repertórios se deslocaram para o virtual, considerando as particularidades do período, mas os movimentos sociais, de maneira geral, e os feministas, de maneira específica, mantiveram uma adesão às suas pautas e modos de luta que antecedem à pandemia. Assim, redes e ruas foram ocupadas. Melhores condições de vida, condições dignas de trabalho, possibilidade de escolha sobre o próprio corpo, busca por justiça e paz, e luta contra a violência deram a tônica do momento.

Considerações finais

No Brasil, a pandemia de Covid-19 acabou encontrando um terreno fértil para se alastrar, com um governo absolutamente negacionista, avesso à ciência e hostil aos feminismos e a diversos movimentos populares. Em outros países, com outros governos e suas particularidades, a pandemia também teve seu curso de desenvolvimento facilitado, seja por condições precárias de acesso à saúde, entraves ao direito a trabalho digno e moradia seja pela falta de insumos para proteção individual, tratamento hospitalar e/ou campanhas de vacinação. Nesse sentido, é válido pensar também na geopolítica

pandêmica, em que países do Sul global muitas vezes tiveram maiores entraves na possibilidade de proteger suas populações, mesmo quando havia vontade política para isso.¹⁵

Como demonstrado, a pandemia teve forte impacto na vida de mulheres – tanto de forma objetiva quanto de maneira subjetiva. Materialmente, as mulheres foram mais vítimas de violência, tiveram maior impacto no mundo laboral (seja no mercado formal, seja no mercado informal), e sofreram mais com insegurança hídrica e alimentar. A sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados à qual foram submetidas exacerbou um sistema desigual cujo “trabalho leve” é de peso incomensurável¹⁶ para sua saúde física e mental. As mobilizações sociais durante a pandemia, mesmo durante o período mais intenso de isolamento social, quarentena ou *lockdown*, a depender do país, seguiram ocorrendo. Diversas pessoas em luta (e luto) encabeçaram mobilizações nas redes e nas ruas. Nesse sentido, a presença de mulheres foi essencial para essas articulações.

A luta de mulheres e dos diversos feminismos latino-americanos e os repertórios mobilizados escancararam alguns elementos cruciais para melhor entender o período da pandemia no continente e seus impactos na vida social e política: (i) a pandemia encontra terreno propício para se alastrar, seja do ponto de vista da saúde, seja do ponto de vista da política; (ii) a vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras, sofreu impacto diferenciado da pandemia em diferentes temáticas, como aumento da sobrecarga do trabalho reprodutivo, diminuição da segurança alimentar, aumento da violência, e vulnerabilização econômica; (iii) em um cenário de crescente autoritarismo, militarização, ascensão de extrema direita e de um forte discurso antifeminista e nostálgico de períodos ditatoriais, o feminismo e a luta de mulheres se mostra central na luta contra o autoritarismo, pela democracia e por justiça; (iv) os diferentes repertórios mobilizados por mulheres apontam para a tessitura de relações comunitárias em que o afeto é mobilizador de lutas.

¹⁵ Aqui, é impossível não mencionar o caso de Cuba, cujo embargo cobra vidas desde 1960, com consequências ainda mais graves durante momentos de crise como a crise sanitária vivida desde 2020. Para mais sobre o tema, ver Domínguez Mederos e Gorry (2021).

¹⁶ O jogo de palavras de peso e leveza vem de texto de Maria Ignez Paulilo (1987).

Os diferentes repertórios de ação mobilizados, dos quais se pode destacar marchas, protestos, vigílias, acampamentos, ocupações, painelaços, bandeiraços, cozinhas comunitárias, redes de solidariedade, marchas virtuais, uso de *hashtags*, entre outros, apontam para uma reapropriação do público e do privado, que tira da invisibilidade os efeitos perversos da pandemia sobre mulheres e outras populações minorizadas. Ao tirar da invisibilidade, as lutas feministas e seus repertórios funcionam como uma lente que almeja e constrói outros mundos, em que a luta de mulheres não está apartada de outras lutas, senão é indissociável delas. Nesse sentido, visibilizar os impactos sobre as mulheres e suas lutas é também um ato de memória e justiça desse período tão duro da realidade mundial e especificamente latino-americana.

Referências

LIMA, Flavia T.; BERGSTRÖM, Gustavo T.; GEMMA, Sandra Francisca B.. O trabalho à distância na pandemia sobrecarregou principalmente as mulheres. **ABET**, 13 nov. 2020. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/o-trabalho-a-distancia-na-pandemia-sobrecarregou-principalmente-as-mulheres/>>. Acesso em: 29 junho de 2023.

ALENCAR, Joana *et al.* **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da covid-19:** ações presentes, ausentes e recomendadas. Nota técnica n. 78, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DISOC/IPEA, jun. 2020.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latino-Americanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 265-285, 1998. <https://doi.org/10.1590/%25x>

ALVAREZ, Sonia E.; FRIEDMAN, Elisabeth J.; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma Stoltz; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa; TOBAR, Marcela Ríos. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 541-575, 2003.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, e75304, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>

BALLESTRIN, Luciana. 2017. Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035- 1054, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

BIANCONI, Giulliana *et al.* **Sem parar:** o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. *Gênero e Número e Sempreviva Organização Feminista*, 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BUTLER, Judith. **Frames of war:** When is life grievable? Nova York: Verso Books, 2016.

CLOUGH, Patricia Tricinetto. A virada afetiva: teorizando o social. (Tradução por Lucas Faial Soneghet). **Blog do Labemus**, 2020. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2020/07/16/a-virada-afetiva-teorizando-o-social-por-patricia-ticinetto-clough>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CLOUGH, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean (Ed.). **The affective turn:** Theorizing the social. Duke University Press, 2007.

CUNHA, Camila. Femicídio - Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo. **Uol**, 10 ago. 2018. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20o%205%C2%BA,casos%20de%20assassinato%20de%20mulheres.>>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **¿Qué pasó con ellas?** Reporte Igualdad y No Violencia n. 11, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2021/01/Reporte-N-11-Qu%C3%A9-pas%C3%B3-con-ellas.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

DOMÍNGUEZ MEDEROS, Ernesto Fidel; GORRY, Conner. **Derecho a vivir sin bloqueo:** impactos de las sanciones de Estados Unidos en la población cubana y la vida de las mujeres. OXFAM, 2021. Disponível em: < <https://policy-practice.oxfam.org/resources/derecho-a-vivir-sin-bloqueo-impactos-de-los-sanciones-de-estados-unidos-en-la-p-621191/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FERNÁNDEZ ARCE, Yoselin; CASTILLO CHAUD. **Dossier Informativo 2019-2020:** violencia contra mujeres en Chile. Red Chilena Contra la Violencia Hacia las Mujeres, 2020.

FGV- Fundação Getúlio Vargas. Ditaduras militares na América Latina dos anos 1960-70 [Mapa]. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

FSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

GALINDO, Eryka *et al.* **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Food for Justice, Working Paper Series, n. 4, 2021. Disponível em: <<https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813.2>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GALETTI, Camila C. Falta de pão e violência doméstica em tempos de coronavírus [Online]. **Blog da Revista Espaço Acadêmico**, 2020.

GARCIA-GONZALEZ, Lidia A.; BAILEY, Olga. 20 años de estudio sobre medios de movimientos sociales, internet y redes socio-digitales en América Latina. Espiral (Guadalaj.), Guadalajara, v. 28, n. 81, p. 9-42, agosto 2021. Acesso em: 03 ago. 2023.

GARDINER, Judith Kegan. Men, masculinities, and Feminist Theory. In: GARDINER, Judith. **Masculinity Studies and Feminist Theory**. Nova York: Columbia University Press, 2004.

GIANNINI, Renata Avelar *et al.* **Violência contra mulheres**: como a pandemia calou um fenômeno já silencioso. Artigo estratégico 51. Instituto Igarapé, dez. 2020. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-08-AE-51_Violencia-contra-mulheres.pdf>. Acesso em: 01. abr. 2023.

GONZÁLEZ DÍAZ, Marcos. Por qué en México están apareciendo “antimonumentos” (y cómo reflejan los episodios más oscuros de su historia reciente). **BBC**, 8 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54836442>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

HENRIQUEZ, Narda; MALCA, Anette. **Mujeres peruanas, resistencias, movilizaciones y violencias durante la pandemia (2020-2021)**. Documento de trabajo, GICO-PUCP, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RvtLfV49-Y9VkbkZJM7j7D_XtANeCeea/view>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OMSAL (Observatório de Movimentos Sociais da América Latina). **Comunica América Latina** [Diversas edições online]. Rio de Janeiro: NETSAL, 2020-2022. Disponível em: <<http://netsal.iesp.uerj.br/publicacoes/comunica/>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

OXFAM. Coronavírus vai empurrar meio bilhão de pessoas para a pobreza. Oxfam Brasil, 09 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/coronavirus-vai-empurrar-meio-bilhao-de-pessoas-para-a-pobreza/>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, 1987. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf>. Acesso em 27 mar. 2023.

PNUD- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo; MDSF - Ministerio de Desarrollo Social y Familia de Chile. **Impactos socioeconómicos de la pandemia en los hogares de Chile**. Resultados de la Encuesta Social Covid-19. Primera fase: julio 2020. Santiago do Chile: PNUD-MDSF, 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/cl/202001113_pnud_covid.pdf>. Acesso em 27 mar. 2023.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. Verbete 'Abya Yala'. **Portal da Enciclopédia Latino-Americana**, 2006. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SARTORIO, Lara *et al.* **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ana-2022.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza, 1997.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

WFP- World Food Program. **Perú: situación de migrantes y refugiados venezolanos frente la pandemia de Covid-19**. Set. 2020. Disponível em: <https://www.r4v.info/sites/default/files/2021-11/202009_PMA_Informe%20Situacion%20de%20Refugiados%20Migrantes%20venezolanos%20en%20Peru_final.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.